

NARRATIVAS ETNOGRÁFICAS E INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

ETHNOGRAPHIC NARRATIVES AND INCLUSION OF PEOPLE WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION

Eliane Guedes de Castro
Eliane Lisboa Alves
Luciana Gomes de Lima
Pamella Renata do Carmo
Tayane Virgínia de Alcântara

Acadêmicas do 10º semestre do curso de psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG

Renata Vilela Rodrigues

Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea e Graduação em Psicologia, ambos pela UFMT. Professora e orientadora do curso de psicologia do UNIVAG.

RESUMO

Este trabalho objetiva propor reflexões acerca da inclusão de pessoas com deficiência no Ensino superior, bem como discutir se de fato a mesma acontece. Para tal, utiliza o método qualitativo mediante a pesquisa bibliográfica de perfil descritivo e exploratório. Como instrumento de produção de dados, utiliza as narrativas etnográficas, a partir das quais damos visibilidade aos acontecimentos que nos afetaram sobre o tema no percurso da nossa graduação. A partir da descrição analisaremos nossas vivências em três eixos: 1) experiência cotidiana, onde falaremos sobre nossa convivência com pessoas com deficiências durante a graduação; 2) o primeiro contato com o tema, que se refere às disciplinas e estágios promovidos pela instituição de ensino; e 3) uma palestra, que participamos fora da instituição de ensino sobre a temática. Como resultados, destacamos que, apesar de um avanço no acesso de pessoas com deficiências no ensino superior, torna-se importante problematizar sobre aprendizado significativo e qualificado para os mesmos, com possibilidades de ajustes nos instrumentos metodológicos e avaliativos que estejam de acordo com a especificidade e apoio integral ao aluno com deficiência. Sendo assim, consideramos que é de grande importância as universidades averiguarem como tem sido para este aluno com deficiência o aprendizado e se estão sendo inclusos em sua integralidade.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoas com deficiência. Ensino Superior.

ABSTRACT

This paper aims to propose reflections on the inclusion of people with disabilities in higher education, as well as to discuss if indeed it happens. For such, it uses the qualitative method through the bibliographic research of descriptive and exploratory profile. As an instrument of data production, it uses ethnographic narratives, from which we give visibility to the events that affected us on the subject in the course of our graduation. From the description we will analyze our experiences in three axes: 1) daily experience, where we will talk about our coexistence with people with disabilities during graduation; 2) the first contact with the theme, which refers to the

subjects and internships promoted by the educational institution; and 3) a lecture, which we participated outside the educational institution on the subject. As a result, we highlight that, despite an advance in the access of people with disabilities in higher education, it is important to discuss about meaningful and qualified learning for them, with the possibility of adjustments in methodological and evaluative instruments that are in accordance with the specificity. and full support for students with disabilities. Therefore, we consider that it is of great importance for universities to ascertain how learning has been for this student with disabilities and whether they are being included in their entirety.

Keywords: Inclusion. Disabled people. Higher education.

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, para tanto descrevemos nossas vivências na graduação, a partir das narrativas etnográficas. Pensamos neste tema, pois ao longo de nossas vivências acadêmicas fomos inseridas e nos inserimos nestes espaços de discussão, onde convivemos com uma acadêmica com deficiência em nossa turma, e nos aproximamos da temática também através de discussões e reflexões das disciplinas e estágios promovidos na instituição, da mesma forma como palestras fora da universidade.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), cerca de 45,6 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência, sendo 23,9% da população total. Essas pessoas tem sido alvo de discriminação e exclusão social, um dos motivos é que são vistas pela sociedade como inútil, sem valor, como um fardo ou até mesmo como debilitado e frágil, ao invés de serem vistas como um sujeito com potencialidades e capacidades.

A pessoa com deficiência possui direitos à educação, saúde, assistência social, acessibilidade, trabalho, entre outros, para que possam viver com independência e autonomia. Em um contexto geral da comunidade, sendo ele na família, na escola, no ensino superior, no trabalho, a ideia principal que deve permanecer é o princípio de equidade, o qual provoca respeito às diferenças e pressupõe processos inclusivos (BATISTA; FRANÇA, 2007).

Segundo Maciel (2000), o processo de inclusão social se dá em três pontos: (a) alteração da visão social a respeito da deficiência; (b) a inclusão escolar, ou seja, inserção das pessoas com deficiência em escolas regulares de ensino e; (c) a instituição de mecanismos fortalecedores de seus direitos. Sobre a inclusão escolar, Paula (2007) traz que a escola tem um papel fundamental na vida de crianças com deficiência, pois, o

contexto escolar permite conviver e se relacionar com várias pessoas, descobrindo que cada indivíduo tem características próprias. Ademais, as relações estabelecidas na escola possibilitam ao sujeito criar o seu próprio jeito de pensar, agir e de viver.

É nessa perspectiva que, propomos reflexões acerca da inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, discutindo se de fato acontece tal inclusão. Mais especificamente, problematizamos o papel das universidades/faculdades no processo de inclusão de pessoas com deficiência.

A escolha por esse tema surgiu a partir de algumas problemáticas: Como a inclusão ocorre no contexto universitário? De que forma as universidades/faculdades são acessíveis? Entendemos que o acesso ao ensino superior, a educação e a socialização, é direito da pessoa com deficiência; e, quando ofertado espaços dialógicos e potencializadores de aprendizagem, estas possuem capacidades para se desenvolverem e tornarem um profissional qualificado.

É preciso considerar processos não apenas de inserção das pessoas com deficiências em salas de aula, mas a inclusão participativa desses sujeitos. Nessa perspectiva, a inclusão diz respeito não apenas a permanência deste aluno na instituição, e sim o aprendizado qualificado para os mesmos. Tornar-se importante salientar que, o acesso de pessoas com deficiência no ensino superior não se dê somente em mudanças nos espaços físicos, mas em toda a estrutura da universidade, como no corpo docente, nos instrumentos metodológicos e avaliativos que estejam de acordo com cada especificidade e apoio integral ao aluno com deficiência.

Compartilhamos da ideia de que os professores são importantes no acontecimento da inclusão educativa também no ensino universitário. Almejamos que este estudo estabeleça mais um auxílio à reflexão e à realização do que se entende por inclusão educativa e, conseqüentemente, por sociedade inclusiva (ANTUNES, et al. 2013).

A partir das análises realizadas através da história, das nossas vivências nos dias atuais, bem como nas bibliografias e dados estatísticos, compreendemos que o tema se faz relevante em uma sociedade que por muitas vezes excluem pessoas por não estarem no padrão de normalidade estabelecido. Sendo que um dos caminhos para operacionalizar uma inclusão mais eficiente se dá através da reflexão e discussões não apenas no contexto universitário, mas em toda a sociedade. Desta maneira, este trabalho buscará contribuir para a análise de que pessoas deficientes possuem possibilidades de inserção e inclusão no ensino superior.

DIREITO E INCLUSÃO: RECORTE HISTÓRICO

Conhecer historicamente o lugar social que as pessoas com deficiência ocuparam, nos ajuda a entender as dificuldades encontradas nos processos de inclusão na atualidade. Para entender melhor o assunto é necessário percorrer o processo histórico que a pessoa com deficiência passou, pois, isto facilitará entender o porquê depois de tantas políticas de inclusão criadas, pessoas com deficiência ainda passam por um processo de desvalorização social (PACHECO; ALVES, 2007).

A forma como se “vê” o indivíduo com deficiência é modificada de acordo com os valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos adotados pelas diferentes culturas em diferentes momentos históricos. Desta forma, o preconceito relacionado à deficiência embora muitas vezes apareça com outra configuração, ainda ocorre nos tempos atuais, sendo relevante pontuarmos o percurso histórico dessa população (PACHECO; ALVES, 2007, p. 243).

Podemos dizer que as pessoas com deficiência ao longo dos tempos passaram por inúmeras discriminações e perseguições que resultaram em agressões físicas, emocionais e, como uma de suas consequências, a marginalização. Na antiguidade, as pessoas com deficiência viviam a margem da sociedade e eram abandonados ao relento, eram mortos ou simplesmente exterminados (GUEDES, 2012).

Fonseca (2012) traz que durante a idade média as pessoas acreditavam que a deficiência era fruto do pecado dos pais, e quando a pessoa ficava deficiente depois de adulto era fruto de seu próprio pecado, sendo assim um castigo de Deus. Uma das maneiras que as pessoas encontravam para se livrar de tal pecado era de se submeter à caridade ou a penitência religiosa. Guedes (2012) aponta que neste período, ainda, outros acreditavam que tais pessoas poderiam ser bruxos ou feiticeiros.

De acordo com Fonseca (2012) a partir da revolução industrial e com os avanços tecnológicos, a pessoa com deficiência começa a ser vista e a ser atendida por instrumentos que tentavam ser inclusivos, sendo assim, passou-se a se desenvolver muletas, cadeiras de rodas, macas móveis e até mesmo as mímicas e sinais como forma de comunicação.

Já no século XVIII, influenciados pelas modificações nas formas de pensar, iniciou-se um período dedicado às práticas assistencialistas, sendo elas por compaixão ou pena. Como consequência desta forma de pensamento, surgem às primeiras instituições voltadas para pessoas com deficiência, sendo elas hospitais e escolas que visavam educar e reabilitar tais indivíduos (GUEDES, 2012). Os primeiros deficientes a serem incluídos foram os surdos e mudos e, em seguida, pessoas com problemas visuais (MAZZOTTA, 1996 apud GUEDES, 2012).

Após o fim da II Guerra Mundial, as pessoas deficientes passam a receber atenção por grande parte da população, já que haviam uma série de soldados que voltavam para casa mutilado. Neste período teve o início de programas sociais, educacionais entre outros destinados aos mesmos (FONSECA, 2012). Para Guedes (2012),

Esse foi um grande marco de ascensão para essas pessoas, principalmente aquelas com deficiência física, já que a guerra mutilou milhares delas, obrigando muitos países a criarem alternativas que pudessem minimizar seus prejuízos econômicos em função da incapacidade física de muitos indivíduos em relação ao desempenho de funções ligadas ao trabalho e à produtividade. Nesse momento, há um reaquecimento do mercado e conseqüentemente o desenvolvimento de outras áreas da sociedade, reintegrando os indivíduos com deficiência, principalmente na Europa e Estados Unidos (p. 87).

No que se refere aos direitos das pessoas com deficiência, podemos notar que houve evolução no que diz respeito à nomenclatura. Na história durante muito tempo o termo usado era inválido, caracterizado por indivíduos sem valor para a sociedade. Até o ano de 1960, eles foram chamados de indivíduos com capacidade residual. Entre os anos de 1960 e 1980, começaram a serem nomeados como os deficientes e os excepcionais, cujo foco era na deficiência. Já nos anos de 1980, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu a terminologia pessoas deficientes ou pessoas com deficiência (GUEDES, 2012).

Sendo assim, a partir da década de 1980, se inicia o Movimento Internacional em Prol da Inclusão, na qual a sociedade começa a ter a responsabilidade de acolher todas as pessoas com deficiência, passando os mesmos a terem direitos a cotas empresariais e cargos públicos e direitos a políticas públicas e assistenciais. Nesse período, a Organização das Nações Unidas (ONU) consagrou o ano internacional de pessoa com deficiência em 03 de dezembro de 1981 (FONSECA, 2012).

No Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, a inclusão no contexto educacional passou a ser um direito de todos. Deste modo, toda a escola tem a obrigação de integrar a criança independente de suas condições físicas, emocionais, intelectuais e entre outras, sendo que a mesma tem o papel de educação inclusiva para todos, cabendo à política social a função de promover a integração e o dever de prevenir qualquer tipo de exclusão e discriminação, pois toda a pessoa tem direito a inclusão social e dignidade humana, conforme rege a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1994).

Entre 7 a 10 de junho de 1994 houve uma conferência Mundial de Educação Especial em parceria com a UNESCO na qual se reuniu 88 governos (entre eles o Brasil) e 25 organizações internacionais em assembleia, em Salamanca, Espanha. Essa conferência visava reafirmar sobre o compromisso de educação para todos, reconhecendo a necessidade providencialmente de educação para as crianças, jovens e adultos com deficiência dentro do sistema regular de ensino, pois toda a criança tem direito a educação, aprendizagem, a socialização, sendo que as mesmas possuem capacidades únicas para crescer e desenvolver. Essa conferência foi designada no comprometimento e a garantia de educação para todos, com o objetivo de informar sobre políticas públicas e ações governamentais, o acordo assinado pelas nações ficou conhecido como Declaração de Salamanca (ONU, 1994).

Deste modo em 1996, no Brasil, é aprovada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, conhecida como Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta, em seu artigo 2, reafirma a ideia constitucional de uma educação como dever do Estado e da família, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. A educação traz como finalidade o pleno desenvolvimento do estudante, sua preparação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Sobre a educação inclusiva, a LDB preconiza em seu art. 4, parágrafo III, o dever do Estado em ofertar educação escolar pública e atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.

Em 2002 o Brasil tornou-se signatário de um acordo internacional, sendo ele, a Declaração de Sapporo, aprovada no dia 18 de outubro de 2002 por 3.000 pessoas, sendo em sua maioria com deficiência, representando 109 países, realizada em Sapporo, Japão. Uma convocação da *Disabled Peoples' International*, que traduzindo pode significar Pessoas com Deficiências Internacionais, na qual escrevem para pessoas com deficiência de todo o mundo, convocando todos a estabelecer paz, buscando ter voz, Direitos Humanos, diversidade interna e almejando incluir as minorias. Além de estabelecer um princípio da Bioética, que se refere a tomar parte nas discussões sobre genética e bioética, com o propósito de afirmar sua diferença, repudiando qualquer forma de associação com o conceito de capacidade, bem como fomentar a educação inclusiva, o desenvolvimento internacional, a conscientização do público sobre a importância da inclusão social (DECLARAÇÃO DE SAPPORO, 2002).

Já no ano 2006, foi realizada pela ONU a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que nos traz o artigo 24, de que todas as pessoas com

deficiência recebam suporte necessário no sistema educacional, e que seja efetivada a educação, desenvolvimento acadêmico e social compatível com as normas de inclusão. O estado tem como responsabilidade garantir que as pessoas com deficiência tenham ingresso na educação comum nas seguintes modalidades: ensino superior, treinamento profissional, educação de jovens e adultos e aprendizagem continuada, combatendo qualquer tipo de discriminação e garantindo a presença concreta dos mesmos no meio social (ONU, 2006).

Nesta convenção foi afirmado que o termo correto a ser usado seria de pessoas com deficiência. Assim, buscou a padronização universal em não ser mais utilizada a palavra portadora, pois a pessoa não porta deficiência, mas tem uma deficiência, pois ela não é passível de mudar sua condição quando quiser (GUEDES, 2012).

Já a Lei nº 13.146 que foi instituída em seis de julho de 2015, conhecida como Estatuto da pessoa com Deficiência, assegura os direitos da pessoa com deficiência, no Brasil. No Art. 1º “É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

A partir das Convenções Internacionais e Leis Nacionais, iniciou-se uma conscientização sobre o valor das pessoas com deficiências, tornando igualitários em direitos em relação a qualquer cidadão da sociedade (GUEDES, 2012).

No que diz respeito ao direito constitucional Guerreiro (2012), afirma que a aquisição desse direito, como ferramenta para a efetivação de um direito social a educação é um processo que solicita a participação ativa das instituições de ensino, especialmente do ensino superior, a qual cabe a formação dos profissionais que lidam com a questão, de forma direta ou indireta.

Nessa direção, a inclusão educacional e social está respaldada fortemente por legislações internacionais e nacionais e, apesar de estas oferecem modelos eficazes e teóricos de difundir uma educação inclusiva, “a educação ainda não vem se apresentando como um modelo efetivo nesse processo” (GOMES; REY, 2007, p. 408).

Gomes e Rey (2007), ao realizarem uma pesquisa com profissionais da educação acerca da inclusão escolar, constatam que, historicamente, a educação regular teve como modelo o desenvolvimento e a aprendizagem de alunos tidos como “normais”, daí as dificuldades enfrentadas quando falamos em inclusão escolar. Os autores apontam para a necessidade se impulsionar mudanças nos paradigmas

vivenciados nas instituições educacionais por meio da “reconstrução da educação e do processo educativo, não mais como foco exclusivista, mas como trajeto de inclusão e mudança do macro sistema social” (p. 408), na direção de um fazer educacional em consonância com as propostas teóricas das Convenções Internacionais e legislações nacionais.

Desta forma cabe destacar que de acordo com a Resolução N° 4, de outubro de 2009, do Ministério de Educação, estabelece no Art. 4° como público-alvo do Atendimento Educacional Especializado (AEE): I – Alunos com deficiência; II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento; III – Alunos com altas habilidades/superdotação. Bem como apresenta o Decreto N° 7.611, de 17 de novembro de 2011, que estabelece no

Art. 1° O dever do Estado com a educação das pessoas público-alvo da educação especial será efetivado de acordo com as seguintes diretrizes: I - garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades; II - aprendizado ao longo de toda a vida; III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência; IV - garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais; V - oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação; VI - adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; VII - oferta de educação especial preferencialmente na rede regular de ensino; e VIII - apoio técnico e financeiro pelo Poder Público às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial. [...] Art. 3° A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

Para concluirmos este tópico, traremos uma breve discussão sobre a diferença entre inclusão e acesso/acessibilidade, segundo o Ministério da Educação (2012), “O Incluir tem como objetivo promover ações para eliminar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação, a fim de assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas instituições públicas de ensino superior.” No que se refere ao acesso/acessibilidade Kraemer e Thoma (2018, p. 557), traz que

Se, por um lado, a acessibilidade pode ser compreendida como um direito a ser garantido mediante a promoção de condições de acesso e de participação em espaços, práticas e comunicações para todos os sujeitos, por outro, constitui-se como um imperativo de Estado que requer a constituição de um modo de vida adequado às regras do mercado. A acessibilidade, assim, está implicada na constituição de modos de vida que possibilitem a participação das pessoas com deficiência nos fluxos de aprendizagem, desenvolvendo suas potencialidades e competências individuais.

METODOLOGIA

Por metodologia utilizamos o método qualitativo e uma pesquisa bibliográfica. A pesquisa qualitativa aprofunda-se nos significados das ações das relações humanas, que não são captáveis em equações, médias e estatísticas, sendo que ela pode se caracterizar por elementos textuais (MINAYO, 1994). Portanto, o método qualitativo “é o que se aplica ao estudo da história, das relações, representações, das crenças, das percepções das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constrói seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2006, p. 57).

Esse método com fundamento teórico possibilita a construção de novas abordagens revisão e criação de novas considerações e categoria durante a investigação, a mesma tem a possibilidade de conduzir a resultados relevantes sobre uma dada realidade social (MINAYO, 2006).

A pesquisa bibliográfica, por sua vez, é elaborada com base em materiais já publicados. A principal vantagem desta encontra-se no fato de permitir ao pesquisador a cobertura de uma gama de fenômenos mais amplos do que aquelas que poderiam pesquisar diretamente, assim possuindo dados dispersos pelo espaço e tempo. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos discursivos, pois muitas vezes apenas mediante tais estudos que se podem conhecer e dar visibilidade a fatos que aconteceram (GIL, 2010). Assim pode-se dizer que a pesquisa bibliográfica, envolve toda bibliografia já tornada pública, como: publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, entre outros, e até os meios de comunicação oral, como: rádio, gravações, filmes e televisão (MARCONI; LAKATOS, 2010).

Na produção de dados bibliográficos, utilizamos a pesquisa de artigos na plataforma Google acadêmico, fizemos uma busca por políticas públicas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, com um recorte entre os anos de 2012 a 2017, cujo resultado foram 15.300 artigos publicados. Muitas dessas obras, entretanto, não se restringem apenas ao campo da psicologia. Além disso, observamos que alguns não traziam contribuições diretas para as pessoas com deficiência e nem novas reflexões sobre qual deveria ser o papel das instituições frente esse tema, sendo assim se faz necessário saber como são inclusos nas instituições de ensino, e quais formas de acesso para este público alvo.

A partir do recorte proposto, fizemos análise de dados de 30 artigos, sendo que 14 foram utilizados para a obtenção de dados e 16 foram descartados. Os critérios para exclusão foram: 1) não se tratava do nosso campo de pesquisa, sendo ele psicologia escolar; 2) não se referia à inclusão no ensino superior e; 3) se restringia apenas uma deficiência. Os artigos excluídos foram: Brito, Campos (2013); Pletsch (2014); Brito, Zeppone (2013); Vitaliano, Dall'Acqua (2012); Araujo, Filho (2015); Melo, Martins (2016); Torres, Calheiros, Santos (2016); Silva et al (2012); Cabral, Melo (2017); Ansay (2015); Magalhães, Cardoso (2012); Greguol, Gobbi, Carraro (2013); Haas, Linhares (2012); Mello, Nuernberg (2012); Nonato, Raiol (2015); e Passerino e Pereira (2014).

Articulado a revisão de literatura utilizamos as narrativas etnográficas, uma vez que estas nos possibilitaram discorrer sobre a temática a partir de nossas vivências durante a graduação. As narrativas etnográficas vêm sendo adotadas para lidar com as variedades e diversidades de fontes no que se refere ao cotidiano. A partir das histórias contadas às mesmas atualizam e produzem instrumentos de inscrição para memória, sendo que é vista menos como um processo mentalista e mais como prática cotidiana (SPINK, 2002 apud GALINDO; MARTINS; RODRIGUES, 2014).

As narrativas nos ajudam a redigir a partir de múltiplas fontes, auxiliando-nos a entendê-las e organizá-las de maneira que possam ser compartilhadas com quem as lê. Elas nos auxiliam a incorporar a confusão e a complicação do cotidiano sem ter que negá-las para que os textos se tornem possíveis (GALINDO; MARTINS; RODRIGUES, 2014, p. 297).

Segundo Clifford (2011 apud GALINDO; MARTINS; RODRIGUES, 2014), o trabalho de campo etnográfico se caracteriza por um método sensível, no qual os participantes vivenciam em termos físicos e intelectuais as experiências do cotidiano, exigindo assim um aprendizado linguístico árduo, e certo grau de envolvimento direto e de conversação. Faz-se a observação de tipo etnográfico, sendo que as narrativas são definidas por contatos diretos, pois o estudo está ligado nas tramas de vivências cotidianas, no contato direto ou indireto com pessoas. “Diferentemente das descrições, as narrativas possuem uma forte tonalidade estética que performa prazer, beleza, horror, encantamento.” (LAW, 2004 apud GALINDO; MARTINS; RODRIGUES, 2014, p. 297). Assim, para Galindo, Martins e Rodrigues (2014, p. 297), “narrar é diferir da impessoalidade no endereçamento da escrita, tão característica das ciências modernas”, permitindo a interlocução entre diversas experiências cotidianas.

Despertamo-nos para o tema desde o início da graduação, onde presenciamos e vivenciamos experiências no nosso cotidiano que nos fizeram problematizar a questão da inclusão de pessoas com deficiências. A partir das relações interpessoais, envolvendo um cenário de pessoas com limitações e superações, inclusas e não inclusas, e que precisavam ser inclusas em sua totalidade. Desta forma, as narrativas etnográficas nos possibilitam esse contato direto nas nossas pesquisas e nos respaldam nas trocas cotidianas de vivências, onde o nosso cenário são as nossas próprias experiências.

A partir da revisão de literatura realizada e da sistematização das narrativas etnográficas, dividimos a seção de resultados e discussão em dois eixos. No primeiro, o qual denominamos “narrativas outras”, apresentamos pesquisas realizadas em cenário nacional que dissertam sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. No segundo, denominado de “nossas narrativas”, damos visibilidade a três experiências que tivemos, a primeira diz respeito à convivência com uma colega que possui deficiência no período da graduação. Observamos que ao longo dos semestres que fomos avançando, a mesma ficou para trás e isso nos fez refletir acerca do assunto. O segundo eixo se trata do contato com o tema em disciplinas e estágios que fizemos e, por último, o terceiro eixo diz respeito a uma palestra que participamos relacionada à temática.

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: NARRATIVAS OUTRAS

Almeida, Belossi, Ferreira (2015), destacam que até o ano de 2005, não foi registrado nenhuma pesquisa mais abrangente no que se refere à inclusão das pessoas com deficiência nas universidades brasileiras, e nem estudos que ponderassem os impactos da política nacional no âmbito universitário, no qual não se tem contribuições científicas suficientes para debater sobre a produção do conhecimento dentro da universidade, tampouco sobre a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Pretendendo compreender como se tem dado o processo de inclusão de pessoas com deficiência na educação superior nos últimos anos, Almeida, Belossi, Ferreira (2015), realizaram um levantamento de dados e uma análise crítica das políticas do estado brasileiro à questão da educação da pessoa com deficiência, nomeando as que proporcionam importância conceitual ou que tratam inteiramente da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior. Vale ressaltar que, essa pesquisa foi

desenvolvida em parceria com programas de pós-graduação de universidades brasileiras estaduais e federais. Para os autores, as dificuldades mais relevantes de garantia de permanência nas universidades se justificam pelas diversidades das deficiências; pelas exigências de autonomia dos estudantes, que é uma das principais características do ensino superior; pela dificuldade de se encontrar recursos tecnológicos acessíveis; pelo baixo número de profissionais especializados e; pela ausência de acessibilidade física na maioria das universidades, dentre outros (ALMEIDA; BELLOSI; FERREIRA, 2015).

Quando se fala de inclusão, são indispensáveis ajustes pedagógicos e culturais para que o direito de acesso às universidades seja validado pela qualidade e não só pela quantidade. O que ocorre no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) é que existem poucas pessoas capacitadas e qualificadas para ampliar atividades de ensino, pesquisa e extensão direcionadas a inclusão de pessoas com deficiência. Entretanto, essa falta de recursos humanos colabora para condições reais para estabelecer e implantar políticas de inclusão (ALMEIDA; BELLOSI; FERREIRA, 2015).

Conforme Silva, Cymrot, D'Antino (2012), muitos avanços já foram alcançados no que diz respeito aos direitos ao ensino superior, porém ainda existe uma falha entre estes direitos e a efetivação do acesso. Os principais problemas apresentados foram o despreparo dos professores, falta de conhecimento da população universitária em geral, estratégias pedagógicas falhas e limitações físicas. Portanto, o estudante deficiente que ingressa na faculdade ainda enfrenta inúmeras limitações.

O estudo de Nogueira e Nogueira (2014) apontou também a desqualificação dos professores diante de alunos com deficiência. No que se refere ao recebimento de estudantes, apresentou-se ausência de cuidado institucional, como por exemplo: falta de placas indicativas para deficientes visuais, rampas de acesso, entre outras questões que podem facilitar o acolhimento de um deficiente no espaço educativo. A pesquisa mostrou que não houve relatos de ações estabelecidas antes da entrada de uma pessoa com deficiência, onde individualizavam o processo para cada caso, entendendo que cada tipo de deficiência necessitava de condições específicas.

Algumas prioridades pedagógicas precisam ser realmente entendidas individualmente, como, por exemplo, o deficiente auditivo precisa que o docente esteja voltado para ele, já o deficiente visual precisa de aulas gravadas, mesmo que o educador descreva imagens para que possam ser entendidas, porém referente a política institucional é necessário discussões sobre como lidar e acolher diferenças e estabelecer suporte aos professores, são atitudes que independem do tipo de deficiência, pois

“Observa-se um efeito negativo na subjetividade do professor quando não há preparo do mesmo para o recebimento de deficientes.” (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2014, 443).

Antunes, et al. (2013), ao realizarem um estudo com objetivo de falar sobre a inclusão de pessoas com deficiência, a partir das perspectivas dos professores de ensino superior, dando voz aos mesmos, que se posicionaram no que se refere à conceitualização do processo de inclusão que parecem conduzir-se pela igualdade de oportunidades e ensino diferenciado, autorizando antecipar o início da não discriminação e a consciência de que a inclusão sugere que a instituição se reestruture e resulte às alterações necessárias para receber e formar o aluno.

Guerreiro, Almeida, Silva (2014) trazem que mediante o contexto da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior houve um aumento nas matrículas, porém as condições de acesso e permanência do aluno com deficiência não envolvem somente os espaços acessíveis, recursos pedagógicos tais como equipamentos, livros e outros, a capacitação dos professores e o apoio institucional. Mas também, torna-se necessário adequar uma mudança no modo de operação da instituição no que se refere ao seu fazer tradicional como no ensino, na pesquisa e na extensão e quanto à infraestrutura oferecida aos docentes, discentes e administrativas. Retomando, assim, que há diferença no que se refere ao acesso e inclusão, sendo que acesso não significa necessariamente estar incluído.

Ainda segundo Guerreiro, Almeida, Silva (2014) vale ressaltar que é preciso observar como as instituições estão ofertando e como estão organizando as demandas relacionadas às questões de estudantes com deficiências e se estão sendo satisfatórias essas mudanças implantadas a seus beneficiários, com o uso de instrumentos para medir o nível de satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. Nessa direção, os autores acima referidos realizaram um questionário de pesquisa com público alvo de alunos com algum tipo de deficiência, com o objetivo de avaliar satisfação dos mesmos, o instrumento aplicado permitiu levantar várias informações sobre a estrutura física do local pesquisado, esses dados levantados puderam auxiliar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no que se refere ao planejamento das futuras construções e reformas das existentes, bem como adaptações das obras em andamento.

Concluimos que os textos acima citados foram de grande relevância para o estudo em questão, entretanto observamos que a maioria dos artigos discutiam sobre a visão dos professores em relação à inclusão, deste modo os poucos artigos que traziam a visão dos estudantes sobre a inclusão, só haviam a opinião da pessoa com deficiência,

assim vimos a importância de um olhar ampliado a respeito do tema, incluindo todos os atores do campo universitário. Por esse motivo propomos a seguir um tópico que disserta sobre nossas vivências acadêmicas acerca da temática.

NOSSAS NARRATIVAS

Neste tópico, propomos problematizar e analisar a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior a partir de nossas vivências como acadêmicas do curso de Psicologia de uma instituição do ensino superior privado de Mato Grosso. Entramos na graduação no ano de 2015, somos oriundas do ensino público, sendo que por diversas vezes, notamos que havia uma grande diferença entre este e o ensino médio, percebemos muitas dificuldades para a realização das atividades em sala de aula, incluindo as formações de grupos, dificuldade para realização dos instrumentos avaliativos e provas, dada a autonomia que o ensino superior requer do aluno, e isso devido em parte pela formação ofertada no ensino público que frequentamos anteriormente, ou pelo longo tempo fora de uma educação formal, vivenciado por algumas integrantes do grupo.

Utilizamos do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), e através deste programa as alunas foram inclusas, devido à inexistência de outras possibilidades. Assim vimos a importância do programa para a inclusão de pessoas que não possuem condições para custear seus estudos e com isso almejamos a profissionalização, para a posteriori o exercício da mesma.

No primeiro dia de aula, percebemos dificuldades para nos inserirmos na sala, pois descobrimos um mundo novo, onde entramos cheias de expectativas, sonhos e com uma visão de oportunidades de crescimento profissional, se sentindo apenas como um grão de areia no meio de tantos conhecimentos apresentados. Ainda para uma das alunas, viu essa experiência como uma “luz ao fim do túnel”, pois, ao inserir-se na faculdade, viu-se cheia de esperança quanto ao um futuro diferente. Algumas das alunas tiveram dificuldades para se inserir por conta da idade, pois se sentiam excluídas das demais alunas jovens. Ao mesmo tempo em que vivenciamos isso, percebemos as dificuldades de uma aluna com deficiência que entrou na faculdade no mesmo semestre que nós, constituindo esse o primeiro eixo de nossa análise.

Quando iniciamos nossa formação acadêmica nos deparamos com alunos nos corredores e na sala com deficiência e que tinham o mesmo objetivo que os nossos, concluir a graduação. Uma acadêmica em específico nos chamou atenção, pois ela

estava na nossa sala estudando psicologia. Naquele período do primeiro semestre era tudo muito novo pra nós, tivemos um olhar de admiração por aquela jovem, pois, por mais que tinha algumas dificuldades e limitações, mostrava na sua maneira de ser, ter muita força de vontade de querer estudar e concluir o curso, assim enfrentando muitos preconceitos e barreiras, sendo elas: dificuldades em se inserir em grupos, dificuldades na comunicação oral, dificuldade na interpretação das provas, entre outras barreiras ao longo dos semestres. Passando o tempo, notamos que essa aluna não estava conseguindo acompanhar os demais colegas ao longo dos semestres, tendo muitas reprovações e desistências, sendo que para se entender a complexidade dos fatores que levaram essas dificuldades, seria necessária uma pesquisa mais ampla, para se compreender os entrelaçamentos da sua trajetória de vida, sua família, seu contexto social e sua escolha profissional.

Desta maneira, percebe-se que o acesso, a permanência e a conclusão de cursos por parte de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro ainda necessita de estudos, apontando a transposição de obstáculos atitudinais, metodológicas, programáticas ou instrumentais, além de investimentos na elaboração de recursos humanos para observação as necessidades educacionais especiais apresentadas por esses estudantes (MARTINS; LEITE; LACERDA, 2015). Como no caso da colega, a mesma continua nos primeiros semestres da graduação, muitos professores tentam incluí-la e buscam entender o porquê das reprovações.

Tivemos também um convívio com um aluno cadeirante que pagava matéria no quarto semestre, notamos que o preconceito com aquele aluno era visível. Por diversas vezes percebíamos que ele faltava às aulas, devido a sua saúde debilitada e quando era para formar grupos nas atividades avaliativas, ficava sentado próximo a mesa dos professores, pois era raro os demais colegas acolhê-lo, em algumas vezes os professores inseriam o mesmo nos grupos.

A partir dessa experiência, percebemos a importância da relação aluno e professor, observamos que os professores têm interesse de realizar a inclusão, porém encontram dificuldades referente às limitações, sejam elas físicas ou psíquicas do próprio aluno. Ainda podemos observar a relação aluno e aluno, a qual muitos colegas por algumas vezes se viam com preconceitos em relação à pessoa com deficiência, não tendo empatia com tais pessoas, causando, assim, a exclusão, tanto em sala, quanto em outros contextos.

Durante a graduação tivemos contato com disciplinas e estágios que tratavam direta ou indiretamente o tema inclusão educacional. Daremos importância aqui, neste segundo eixo de análise de nossas narrativas, ao Estágio Supervisionado Básico em Comunitária, no quinto semestre, realizado em uma instituição de atendimento especializado e apoio à inclusão, pudemos acompanhar a psicóloga em escolas de educação básica, nas quais fazia triagem para ver a necessidade de alunos que poderiam precisar dos atendimentos do centro, alguns destes alunos já possuíam uma deficiência diagnosticada, outras ainda estavam em processo de diagnóstico. Neste espaço, pudemos observar o trabalho de vários profissionais com crianças com deficiências.

O estágio possibilitou em termos de aprendizado, a ter um olhar amplo referente a inclusão, sobre os aspectos sociais que os indivíduos estavam inseridos, a ter uma escuta não reducionista, visando apenas enquadrar a criança em uma patologia, assim foi possível compreender as dificuldades que as instituições vivenciavam, entre elas, as relações conflituosas entre pais e escola, estrutura física, baixos recursos públicos, falta de profissionais qualificados para atendimento com as crianças com deficiência.

Foi possível observar que é necessário que haja inclusão desde o ensino básico, e que ainda encontramos instituições deficitárias em relação às políticas de inclusão, desta forma, isto provocou reflexões de que se ocorre estes déficits no ensino básico, e como seriam ainda maiores estes problemas no ensino superior, pois se não ocorre à inclusão desde a infância, como poderão ser inclusos em sua totalidade na fase adulta.

Algumas estratégias que encontramos para a inclusão foram: acolhimento e empatia com a família, possibilitando assim espaço para escuta, compreendendo todos os aspectos inter-relacionados; trabalho com roda de conversa, buscando proporcionar um espaço para a reflexão dos pais dos alunos; apoio direto aos alunos, que visava a participação dos mesmos com os colegas e participação das atividades em sala. Sendo que as mesmas podem ser aplicadas no ensino superior, com modificações para o público alvo.

No que se refere a prática do psicólogo, Miranda e Ribeiro (2018) trazem que no primeiro momento os psicólogos são questionados a identificar a demanda de alunos com deficiências por meio de encaminhamentos das escolas e juntamente com encaminhamento médico, quando necessário. Neste processo, são realizados o acolhimento na instituição juntamente com sua família; a anamnese como uma primeira entrevista com os pais dos alunos; em seguida, inicia-se a avaliação das dificuldades e

potencialidades das crianças em relação ao aprendizado, procurando colher dados da dinâmica familiar e seu cotidiano.

Segundo Andrada (2005), o psicólogo no contexto escolar precisa criar um espaço para a escuta das demandas da escola e pensar maneiras de lidar com as várias situações que surgem no cotidiano escolar. Para Guzzo (2008), a presença do psicólogo nas instituições e escolas formou um grande leque para a educação, uma construção de saberes e melhorias para os educandos, porém, a produção de conhecimento que pode proporcionar a prática e acompanhamento integral as crianças e sua família, servirão para o bom aprendizado e conhecimento tanto em contexto primordial a cada indivíduo que é importante.

Guzzo (2008) fala sobre a importância da presença de psicólogos no contexto escolar, proporcionando o acompanhamento e desenvolvimento de crianças e adolescentes. Com toda esta demanda no campo da educação, anunciam-se uma apropriação de contextos diferenciados para família e sociedade, favorecendo ou dificultando este processo. A presença do psicólogo trata-se de um papel relevante, na medida em que está inserido na dinâmica escolar contribuindo para um entendimento mais integrado sobre o que acontece com a criança e sua família.

Deste mesmo modo acima, tivemos uma experiência em um estágio escolar, onde eram problematizadas as políticas de inclusão, entretanto estas não eram colocadas em prática. Foi possível observar que os profissionais da escola tinham dificuldades de trabalhar com as limitações dos alunos com deficiência, os mesmos eram inseridos na instituição e faziam parte de uma turma, porém algumas vezes eram deixados de lado, pois não participavam das atividades pedagógicas como os demais alunos, alguns deles eram vistos como estranhos, agitados e sem capacidade para aprender. Durante a nossa prática, problematizamos a importância da inclusão e trabalhamos a questão da subjetividade e capacidade que cada criança tem para se desenvolver. A partir dessa vivência foi possível refletir o quanto é relevante à inclusão e que as pessoas precisam ser incluídas em todas as áreas de sua vida, não somente no ensino regular.

Percebemos, também, que a necessidade de formação continuada é uma realidade para todos os professores, não somente para aqueles que lidam com alunos com deficiências, portanto é necessário investimento neste processo de formação. Desta maneira, o professor passará a se sentir mais seguro e com menos dificuldade para a realização de seu trabalho, possibilitando qualidade diante de uma sala de aula heterogênea (BRIANT; OLIVER, 2012).

Em articulação com as práticas de estágios frequentamos disciplinas que colaboraram para a construção da nossa temática, as matérias que nos fizeram refletir sobre inclusão foram: Corpo e Imaginário Social, Psicologia do Desenvolvimento I, correspondentes ao terceiro semestre; Psicologia no Cotidiano das Instituições, Psicologia Social II, referentes ao quarto semestre; Psicologia Escolar, referente ao sétimo semestre e; Psicoterapia Infantil, do oitavo semestre.

Em Corpo e Imaginário Social, aprendemos e compreendemos as diferentes concepções de corpo, saúde e doenças, estudamos Foucault (2003), traz em sua teoria conceitos complexos, porém importantes para nossa reflexão, vimos à importância de considerar o sujeito em sua individualidade e complexidade. Assim como, as relações de saber e poder que atravessam a constituição dos corpos, na sociedade neoliberal. Em Psicologia do Desenvolvimento I, estudamos sobre o sujeito em sua constituição biopsicossocial, conhecendo os processos mentais, comportamentais e sociais do ser humano, nessa matéria realizamos uma atividade avaliativa que tinha por objetivo fazer um brinquedo para o aprendizado de crianças com Síndrome de Down.

Em Psicologia no Cotidiano das Instituições, aprendemos analisar as instituições de forma individual e coletiva, discutindo modos de intervenção no campo da psicologia, Goffman (2008) foi um autor de grande importância nesta matéria, pois o mesmo traz as características das instituições totais e sobre carreira moral do doente mental. Em Psicologia Social II, aprendemos o contexto histórico e social da psicologia social, bem como a importância dos processos psicossociais, onde conhecemos o papel do psicólogo, sendo um desses papéis de intervir no campo social, estudamos sobre a importância de uma psicologia social crítica e sobre os seus campos de atuação direcionados a realidade psicossocial das pessoas que acolhe.

Em Psicologia Escolar aprendemos sobre o campo de atuação do psicólogo escolar e os desafios encontrados nesses espaços, essa matéria trouxe instrumentos metodológicos para reflexão acerca da inclusão, sendo que as aulas causaram grandes reflexões para além da psicologia escolar, mas também sobre a psicologia social e comunitária, compreendendo também a subjetividade do aluno, para além da deficiência. Em Psicoterapia Infantil, aprendemos da prática do atendimento infantil, nesta disciplina discutimos sobre o atendimento terapêutico de crianças com deficiência.

Podemos perceber que as disciplinas estudadas na faculdade podem ajudar os alunos em sua visão crítica de sociedade e mundo. Conforme a pesquisa de Souza e Souza Filho (2009), a formação de novos profissionais da área de psicologia é um tema

aberto a novas considerações, pois pode ser entendida como uma construção coletiva que decorre no cotidiano das aulas. Dessa forma, é benéfico que a formação provoque questionamentos, assim podendo avançar e ampliar nas perspectivas da sociedade frente às possíveis aplicações do saber psicológico. E na construção de saberes que contribuem para novos fazeres potentes e implicados com a inclusão educacional de pessoas com deficiência. O campo da psicologia pode indicar caminhos e áreas do fazer, podem ocupar um papel na integração e novos espaços na sociedade.

No percurso da graduação participamos, ainda, de uma palestra que trazia a reflexão da importância da inclusão de pessoas com deficiências no contexto escolar, pois a educação inclusiva contribui para o desenvolvimento da criança, vivência essa que deu visibilidade para nosso terceiro, e último, eixo de análise. A palestra trazia a relevância da empatia e inclusão dos colegas em sala de aula, porque a pessoa com deficiência tem capacidades para se desenvolver e construir sua própria identidade. Essa era ministrada por uma profissional que tinha um filho com autismo, percebemos que existem muitas dificuldades alusivas às limitações de um sujeito com autismo, bem como preconceitos e uma visão que deficiência é sinônimo de doença e que essa pessoa não pode desenvolver uma vida de forma independente e autônoma.

A palestrante nos trouxe relatos de famílias com filhos autistas com práticas discursivas sobre as limitações, os investimentos, acessibilidade aos seus direitos e a inclusão de seus filhos nas escolas, no trabalho, e outros. Através desses relatos podemos perceber que existem possibilidades de inserção e que suas limitações não impedem a sua qualificação. Faz-se relevante citar um rapaz autista, que com o apoio da família, ingressou em uma faculdade e superou as dificuldades referentes à sua deficiência, algumas pessoas e famílias lutam pelos seus direitos, porém outras encontram obstáculos por falta de conhecimento.

Desta maneira, entendemos a importância das famílias na inclusão de crianças e jovens com deficiências, sendo que ela tem um papel fundamental no desenvolvimento e na inclusão, pois a família é o fator básico do indivíduo, é o primeiro contato de integrar o ser, no qual são responsáveis pelo crescimento da criança em ambos aspectos, como social, emocional, sensorio-motor e cognitivo. A família é quem promove os primeiros processos de desenvolvimento e aprendizagem, relações sociais e afetivas, importantes para a produção subjetiva dos indivíduos (PADUA; RODRIGUES, 2013).

Percebemos, ao longo de nossas experiências, que para promover a inclusão educacional da pessoa com deficiência, faz-se necessário uma mudança de olhar e de postura acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas e reformulação do sistema de ensino, para que possamos conquistar uma educação de qualidade a todos, independente de suas diferenças ou necessidades, onde o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos (SERRA, 2008).

Em observação no cotidiano institucional, vimos que há pessoas com deficiências inseridas na instituição, porém em relação à quantidade geral de pessoas com deficiências podemos observar que ainda há poucos inseridos neste contexto, desta forma podemos dizer que ainda faltam políticas de inclusão que facilitem a permanência dos mesmos. Nessa mesma direção, Martins, Leite e Lacerda (2015), em uma pesquisa documental relativa ao acesso de estudantes com deficiência ao ensino superior brasileiro, baseado em indicadores educacionais de referência nacional, mostram a necessidade de melhora nas condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, bem como à ampliação do número de matrículas.

Ainda em discussão questões relacionadas ao acesso de pessoas com deficiência, Guerreiro (2012) nota um aumento na legislação e um crescimento dos estudos nos espaços educacionais, envolvendo o ensino básico e superior, mas falta de aplicabilidade prática de tais instrumentos. Podemos compreender que não basta somente a adequação desses espaços para que a inclusão ocorra, é preciso que haja, também, os ajustamentos dos recursos pedagógicos e a capacitação do corpo docente e gestor. Desta forma, compreende-se que o acesso não se refere somente à estrutura física da instituição de ensino, existe um conjunto de elementos como a comunicação, transporte, os recursos tecnológicos, entre outros.

Por meio da revisão de literatura e experiências cotidianas, observamos apesar da inserção de alunos com deficiência nas instituições educacionais de ensino superior e da adequação das estruturas físicas, no Brasil, ainda há uma carência nos instrumentos que permitem que inclusão de fato ocorra, como, por exemplo, gravação de provas e aulas, para alunos que possuem dificuldade com leitura, e ainda a falta de inclusão em sala de aula pelos próprios colegas, não deixando este aluno com deficiência participar de seus grupos de estudos. Desta maneira, falta ainda uma conscientização em relação a novas formas de metodologias e atitudinais que possam inserir tais alunos.

Conforme Beltrão e Brunstein (2012), a pessoa com deficiência tem direito a uma vida plena, porém muitas dificuldades ainda são encontradas, pois os mesmos

dependem de políticas inclusivas para assegurar e garantir seus direitos, muitas conquistas positivas já vêm sendo asseguradas pelos movimentos políticos e pela discussão do tema em sociedade, porém algumas pessoas são a favor e outras contrárias ao tema, pois acham que os mesmos não possuem capacidades e que não são qualificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo nos propomos discutir sobre a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior, utilizando como instrumentos de produção de dados a revisão de literatura e a análise de narrativas etnográficas. A interlocução destas duas metodologias nos permitiu visualizar a necessidade de um avanço ao acesso de pessoas com deficiências no ensino superior e a relação professor/aluno e aluno/aluno como estratégia para fomentar processos inclusivos. Propomo-nos, aqui, percorrer a trajetória histórica do tratamento dado pela sociedade a pessoa que possui alguma deficiência, com recorte na construção de estratégias legislativas internacionais e nacionais direcionadas a instituição de um sujeito com/de direitos à educação pública e de qualidade.

A partir da análise da literatura e de nossas experiências acadêmicas, destacamos que implementar políticas de acesso das pessoas com deficiência no ensino superior, não parte apenas do pressuposto de mudanças nos espaços físicos e/ou nos instrumentos metodológicos e avaliativos que estejam de acordo com a especificidade e apoio integral ao aluno com deficiência. Mas, na construção de postura que rompam com as barreiras relacionais dentro dos espaços educativos, prioritariamente apresentados pela relação inclusão/exclusão; e que se efetivem de fato as propostas sugeridas pelos documentos legais (GOMES; REY, 2007). Propor estratégias inclusivas representa um resgate das dimensões individual e coletiva e no entendimento dos significados e significações produzidos pelos sujeitos educacionais acerca da inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior.

O que propomos é analisar a inclusão educacional considerando não apenas a dimensão objetiva que a produz, mas também a dimensão subjetiva, compreendida como produção de sentido e relações de afetação. “Esses sentidos são indispensáveis tanto dos processos simbólicos quanto das emoções e, emergem integrados frente ao desenvolvimento de atividades dos sujeitos, o que de fato vem reconsiderar os elementos de sentido de sua historicidade” (GOMES REY, 1995 apud GOMES; REY,

2007, p. 409). Entender a subjetivação enquanto produção de sentido, nos permite analisar as configurações subjetivas dos posicionamentos dos sujeitos frente a inclusão educacional, colocando a mostra as multiplicidades de vivências e narrativas sobre os processos inclusivos. Vivências nossas, dos sujeitos com deficiência que nos relacionamos, dos professores, dos demais alunos, dos sujeitos em espaços fora da academia e dos documentos publicados, que produzem sentidos, significados, afetações e emoções sobre o que a inclusão e como ela se desenvolve.

Ponderamos que é de grande importância as universidades averiguarem em como tem sido para este aluno com deficiência o aprendizado e se estão sendo inclusos em sua totalidade. Desta forma para concluir, destacamos que muitas dificuldades ainda são encontradas quando se diz da inclusão no ensino superior, pois os sujeitos ainda são vistos como seres incapacitantes e inválidos, as quais não se encaixam nos padrões impostos pela sociedade. Não como produtores da sua realidade social e educacional. Por este motivo, entendemos ser de grande importância continuar as pesquisas em relação ao tema, para a maior promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Para além do espaço universitário, percebemos a necessidade de pesquisas que analisem a contribuição da formação universitária na inserção de pessoas com deficiências no mercado de trabalho. Assim como, análises que privilegiem as narrativas das pessoas com deficiência matriculadas em cursos do ensino superior e/ou egressas.

Ademias, somos pessoas em processo de inclusão haja vista que sem o programa FIES possibilitou economicamente que ingressássemos no ensino superior. É nessa direção que destacamos que a inclusão não se faz necessária apenas a pessoas com deficiência, mas para todos, pois compreendemos que todo sujeito pode possuir limitações ou dificuldades, sejam elas de natureza cognitiva, social, física ou econômica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Guilherme de Andrade; BELLOSI, Tereza Cristina; FERREIRA, Eliana Lúcia. **Evolução da matrícula de pessoas com deficiência na educação superior brasileira: subsídios normativos e ações institucionais para acesso e permanência.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 10, n. 5, 2015. p. 643-660.

ANDRADA, Edla Grisard Cladeira. **Novos paradigmas na psicologia escolar.** Psicologia: Reflexão e Crítica. Santa Catarina, 2005.

ANTUNES, Ana Pereira, et al.. **Inclusão no ensino superior:** percepções de professores em uma Universidade Portuguesa. *Psicologia em Pesquisa*. UFJF, 2013. p. 140-150.

BATISTA, Sérgio Murilo; FRANÇA, Rodrigo Marcellino de. Família de pessoas com deficiência: desafios e superação. **Revista de divulgação técnico-científico do ICPG**. Vol. 3. N. 10, 2007.

BELTRÃO, Danielle Cristine; BRUNSTEIN, Janette. **Reconhecimento e construção da competência da pessoa com deficiência na organização em debate**. *R. Adm.*, São Paulo, v. 47, n. 1, 2012. p. 7-21.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico. Censo demográfico 2010. **Características gerais da população:** região e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Lei N° 13.146 de 6 de Julho de 2015**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, 2015.

_____. **Lei N° 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

_____. **Resolução N° 4 de outubro de 2009**. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

_____. **Decreto N° 7.611 de novembro de 2011**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos Jurídicos, 2011.

_____. Ministério da Educação. **Educação Superior:** Em 10 anos número de matrículas de alunos com deficiência sobe 933,6%. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/18124-em-10-anos-numero-de-matriculas-de-alunos-com-deficiencia-sobe-9336>. Acesso em: 03 de dezembro de 2019.

BRIANT, Maria Emília Pires; OLIVER, Fátima Corrêa. Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações. **Rev. bras. educ. espec.** vol.18, n.1, 2012.

DECLARAÇÃO DE SAPPORO. **6ª Assembléia Mundial da Disabled Peoples' International – DPI**. Sapporo, Japão, 2002. Tradução de Romeu Kazumi Sassaki.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. **O novo conceito constitucional de pessoa com deficiência:** um ato de coragem. *Revista do TRT da 2ª Região*, São Paulo, n. 10, 2012. p. 37-77.

GALINDO, Dolores; MARTINS, Mario; RODRIGUES, Renata Vilela. **Jogos de armar:** Narrativas como modo de articulação de múltiplas fontes no cotidiano da pesquisa. In: SPINK, Mary Jane Paris, et al, (org.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de

Pesquisas Sociais, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUEDES, Denyse Moreira. **A importância da Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como norma em nossa Carta Magna**. Leopoldianum. N° 104/105/106, 2012.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **Acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência**. Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 25, n. 43, 2012. p. 217-232.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello; ALMEIDA, Maria Amélia; SILVA FILHO, José Humberto da Silva. **Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior**. Avaliação, Campinas, Sorocaba, SP, v. 19, n. 1, 2014. p. 31-60.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 8° edição. SP: Perspectiva, 2008.

GOMES, Cláudia; REY, Fernando Luis Gonzalez. Inclusão escolar: representações compartilhadas de profissionais da educação acerca da inclusão escolar. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 27, n. 3, 2007. p. 406-417.

GUZZO, Raquel Souza Lobo. **Psicologia em instituições escolares e educativas: Apontamentos para um debate**. In: Conselho Federal de Psicologia; Conselhos Regionais de Psicologia. (Org.). Ano da Psicologia na Educação – Textos Geradores. 1 ed. Brasília: Ed. Brasília Rádio Center, 2008.

KRAEMER, Graciele Marjana; THOMA, Adriana da Silva. Acessibilidade como condição de acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 38, n° 3, 2018.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo, perspectiva, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Diléia Aparecida; LEITE, Lúcia Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.23, n. 89, 2015. p. 984-1014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. Revista e aprimoramento. São Paulo: Hucitec, 2006.

MIRANDA, Fabiana Darc; RIBEIRO, Eveline Borges Vilela. Psicologia e inclusão social de alunos com deficiência: a atuação do psicólogo na educação inclusiva. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, 2018.

NOGUEIRA, Lilian de Fatima Zanoni; NOGUEIRA, Eliete Jussara. **Inclusão de deficientes no ensino superior**: o trabalho docente frente ao processo de inclusão. Quaestio, Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, 2014. p. 433-449.

ONU. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca**: e enquadramento da ação na área das necessidades especiais. Salamanca: Espanha, 1994.

_____. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiências e seu protocolo facultativo**. Sede das Nações Unidas, Nova York, 2006.

PACHECO, Kátia Monteiro de Benedetto; ALVES, Vera Lucia Rodrigues. **A história da deficiência, da marginalização à inclusão social**: uma mudança de paradigma. Acta Fisiatr, 2007. p. 242-248.

PADUA, Elisângela Sousa Pimenta; RODRIGUES, Luzia. **Família e deficiência**: reflexões sobre o papel do psicólogo no apoio aos familiares de pessoas com deficiência. Londrina, 2013.

PAULA, Ana Rita de. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva**. Brasília: Ministério de Educação Especial, 2007.

SERRA, Dayse. Inclusão e Ambiente escolar. In: SANTOS, Mônica Pererira dos; PAULINO, Marcos Moreira (Orgs.). **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Ani Martins; CYMROT, Raquel; D'ANTINO, Maria Eloisa Famá. **Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência**. R. Bras. Est. Pedag., Brasília, v. 93, n. 235, 2012. p. 667-697.

SOUZA, Ligia Claudia Gomes; SOUZA FILHO, Edson Alves. O lugar da psicologia social na formação dos psicólogos. **Psicol. Soc.**, vol.21, n.3, 2009.